

Senadores retomam votações com Judiciário e biossegurança na pauta

Reforma da Justiça pode ser concluída em Plenário, com o exame dos destaques. Plantio de sementes transgênicas e uso de células embrionárias para fins terapêuticos também aguardam decisão

Sarney: povo reconhece conquistas do governo

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que a "expressiva votação" recebida pelo PT nas eleições municipais mostra que o povo reconhece as conquistas econômicas e sociais obtidas pelo governo. Sarney observou que as eleições municipais são uma prova da consolidação da democracia, já que 100 milhões foram às urnas sem tumulto.

Página 4

Papaléo alerta para problemas de infra-estrutura

Ao analisar os números que sustentam as previsões de crescimento econômico, o senador Papaléo Paes alertou para problemas crescentes que podem ser verificados em setores como armazenagem, portos, rodovias e energia. Ele prevê que, se não houver investimentos, ocorrerá verdadeiro "apagão de infra-estrutura".

Página 2

Geratão Magela



AGENDA A proposta que visa agilizar o funcionamento da Justiça no país aguarda votação final no Senado

O texto básico da reforma do Judiciário já obteve aprovação em primeiro turno, conforme projeto substitutivo do relator José Jorge. Para facilitar a tramitação, o senador apresentou um texto com os itens passíveis de irem à promulgação e outro com as modificações que devem retornar à Câmara. Outro ponto de destaque na pauta do Plenário é o projeto da Lei de Biossegurança, que regulamenta o plantio e a comercialização de sementes transgênicas e a utilização de células-tronco em pesquisas. Propostas de emenda constitucional também devem ser examinadas.

Página 3

Simon quer a liberação imediata de soja transgênica

Pedro Simon anunciou que vai reiterar, na sessão plenária de hoje, a proposta de votação imediata da liberação do plantio de soja transgênica. O senador teme que os produtores gaúchos sejam prejudicados com a demora na decisão do Congresso sobre a Lei de Biossegurança. Simon lembra que os demais pontos do projeto enfrentam muita polêmica.

Página 3



PERDAS Acordo com a OMS prevê restrição ao plantio de fumo e preocupa agricultores, afirma Paim

Paim registra apreensão dos fumicultores

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou a preocupação dos produtores de fumo ligados à Cooperativa de Crédito Rural do município de Venâncio Aires (RS) com acordo decorrente da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde (OMS), firmado pelo governo brasileiro, que prevê restrições ao plantio de fumo. Segundo os produtores, o acordo, quando ratificado, pode afetar milhares de agricultores familiares.

Paim encaminhou à Mesa documento do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) com manifestação de repúdio ao acordo com a OMS, considerando incoerente a relação do governo com o setor, para o qual são destinados R\$ 500 milhões por ano para investimentos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os fumicultores ressaltam, no documento, que é preciso encarar o problema sem preconceitos, observando que, enquanto houver mercado de fumo, pequenos agricultores estarão envolvidos na atividade. Eles afirmam que não aceitam "culpabilização", lembrando que são o elo mais fraco na cadeia produtiva do fumo.

Biossegurança e reforma da Justiça na pauta do Plenário

A Lei de Biossegurança (PLC 9/04) está na pauta da sessão de hoje, com início previsto para 14h30. O projeto regula o plantio de transgênicos e o uso de células embrionárias, cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) e



reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). O Plenário pode votar ainda os destaques apresentados à reforma do Judiciário (PEC 29/00), cujo texto básico foi aprovado em julho deste ano.

Debate sobre educação e desenvolvimento no Interlegis

Será lançado hoje, às 17h, no auditório do Interlegis, o livro *Educação e Conhecimento – a experiência dos que avançaram*, organizado por Jorge Werthein e Célio da Cunha. Na ocasião, haverá debate sobre a importância da educação e do conhecimento para

o desenvolvimento do Brasil, com o senador Cristovam Buarque e a deputada Raquel Teixeira, além do secretário-executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad, e do representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein.



Gil fala hoje sobre o orçamento da Cultura

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, participa da reunião de hoje da Comissão de Educação (CE), às 10h. O ministro vai falar aos senadores sobre o orçamento do seu ministério para o próximo ano. A iniciativa de promover o encontro foi de Gilberto Gil, que retorna ao Senado cerca de 20 dias depois de participar de audiência pública sobre a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav).

Projeto flexibiliza educação a distância

Logo após a exposição do ministro da Cultura, a Comissão de Educação (CE) realiza nova reunião em que discute, entre outros, o projeto que flexibiliza o sistema de credenciamento das instituições que oferecem cursos e programas de educação a distância para incluir tecnologias como Internet e recursos audiovisuais (PLS 462/03).



Empréstimos internacionais em exame na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje, às 10h, mensagens do Executivo que solicitam empréstimos internacionais. O primeiro, de até US\$ 100 milhões, vai financiar parte

da segunda etapa do Projeto do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, a ser executado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde, e pela Fundação Nacional de Saúde

(Funasa). O segundo, no valor de US\$ 505 milhões, é destinado ao Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil.

Indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) analisa hoje, às 18h30, as indicações de Marcos Caramuru de Paiva, Gilda Maria Ramos Guimarães e Antonio José Maria de Souza e Silva ao cargo de embaixador do Brasil no Sultanato de Brunei Darussalam, na Comunidade da Dominica e no Timor Leste, respectivamente.

Seguro-desemprego

Amanhã, às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina emenda de Patrícia Saboya (PPS-CE) a projeto que aumenta período máximo de percepção do seguro-desemprego (PLS 54/02). O colegiado também analisa proposta determinando que bulas de remédios sejam impressas em letras de tamanho legível (PLS 24/04).

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



CRISE Com crescimento econômico, país terá problemas de transporte e energia, adverte Papaléo

Papaléo teme um "apagão de infra-estrutura"

Ao analisar os números que apontam para o crescimento econômico do país, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) alertou para problemas que apresentarão os setores da infra-estrutura como armazenagem, portos, rodovias e energia elétrica. Segundo ele, o Brasil poderá enfrentar um verdadeiro "apagão de infra-estrutura", se não houver investimentos maciços e urgentes.

Papaléo citou o setor de transportes como o mais crítico, com rodovias no limiar de sua capacidade, ferrovias e hidrovias insuficientes, que podem se transformar num gargalo ao crescimento econômico do país.

O senador lamentou que o governo federal pareça estar mais preocupado com o aumento do superávit fiscal de 4,25% para 4,5% do PIB, medida que, observou, sinaliza na direção contrária ao aumento dos investimentos.

Para o parlamentar, as parcerias público-privadas (PPPs) podem representar um instrumento de financiamento de infra-estrutura, mas é preciso amplo debate sobre o projeto, para impedir que uma parceria se transforme em "ação entre amigos".

– Não podemos permitir operações do tipo "sorvedouro", em que os lucros são privatizados e os prejuízos repassados aos contribuintes – alertou.

Retorno

Papaléo ressaltou a necessidade de identificar projetos de baixo custo e alto benefício, com retorno imediato. Ele citou o seu estado, o Amapá, como exemplo de que, com investimentos insignificantes, é possível abrir caminho para grandes mercados mundiais.

Segundo ele, o Amapá reúne condições para se tornar ponta-de-lança do Mercosul, em direção à União Européia e aos Estados Unidos.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Comissão pode discutir situação dos decasséguis

A situação das famílias de brasileiros descendentes de nipônicos que vão trabalhar no Japão, os chamados decasséguis, deve ser analisada em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Na reunião de hoje, a partir das 18h30, os senadores examinam requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) com esse objetivo.

Arns sugere que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e o presidente da Associação das Famílias de Decasséguis no Brasil (AfadBrasil) sejam convidados para discutir o assunto. O senador pede ainda que seja convidada a participar da reunião Aparecida Margarete dos Santos Kayaki.

Embaixadores

Na mesma reunião, devem ser analisadas indicações do presidente da República para três embaixadas brasileiras. Se aprovadas as escolhas, os nomes ainda precisam passar pelo exame do Plenário.

Ministra de primeira classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério das Re-



AUDIÊNCIA Flávio Arns apresentou nomes que deseja ver convidados para a reunião na CRE

lações Exteriores, Gilda Maria Ramos Guimarães foi indicada para exercer, cumulativamente com o cargo de embaixadora da República de Trinidad e Tobago, o de representante brasileira na Comunidade da Dominica, uma ilha do Caribe.

Também diplomata de carreira do quadro permanente do Itamaraty, Marcos Caramuru de Paiva foi indicado para o cargo de embaixador na Malásia e no Sultanato de Brunei.

Antônio José Maria, diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, é o terceiro indicado. Se seu nome for aprovado, irá assumir a embaixada brasileira junto ao Timor Leste. A sabatina dos indicados é feita em audiência pública, mas as votações são realizadas secretamente.

Operações de crédito devem ser analisadas pela CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem reunião marcada para hoje, às 10h, para deliberar sobre pauta de 23 itens. Duas solicitações do Executivo federal para a contratação de operações de crédito externo – representando cerca de US\$ 605 milhões – abrem as votações.

O primeiro empréstimo sobre o qual os integrantes da CAE vão deliberar servirá para financiamento parcial da segunda etapa do Projeto do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (Vigisus II), a ser executado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde, e pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Os recursos – da ordem de US\$100 milhões – deverão vir do Banco Mundial. A matéria tem relatório favorável da senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

A outra operação de crédito externo, feita também junto ao Banco Mundial, constituirá o "Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental", no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (Pafib). Os recursos, no valor de US\$ 505 milhões, serão destinados ao financiamento de longo prazo do Tesouro Nacional.

Em seu relatório, o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) explicou tratar-se de uma modalidade de empréstimo condicionada ao cumprimento prévio de metas na área de preservação ambiental, entre as quais ele citou a criação de Comissão Nacional de Substâncias Químicas, em 2003, destinada a formular programa de segurança química. Segundo o senador, os recursos obtidos na operação não serão destinados a novos investimentos, mas comporão as reservas internacionais do país e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros externos.

A CAE também deve deliberar sobre relatório da senadora Ana Julia Carepa (PT-PA) solicitando a rejeição de substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto do Senado (PLS 71/00) que altera a Lei 7.713/88 para incluir entre os rendimentos isentos do Imposto de Renda os proventos recebidos por portadores de hepatite.

A senadora pede a aprovação do texto original do Senado, com emenda de redação modificando a expressão "hepatopatia grave" pela expressão "hepatite B ou hepatite C, em sua forma crônica".

Judiciário e biossegurança estão na pauta do Plenário

■ Propostas de emenda à Constituição, como a que cria regras para agências reguladoras, devem ser discutidas

A votação de destaques à reforma do Judiciário deve marcar hoje a sessão do Plenário. O texto básico da reforma (PEC 29/00) já foi aprovado em primeiro turno na forma de substitutivo apresentado pelo relator, senador José Jorge (PFL-PE). Para facilitar a tramitação, ele optou por apresentar texto com os itens passíveis de ir à promulgação e outro com as modificações que devem retornar à Câmara. A proposta tem que passar ainda por um segundo turno de votação.

Está também na pauta a votação de substitutivo do senador Ney Suassuana (PMDB-PB) a projeto da Câmara (9/04) que institui a Lei de Biossegurança, regulamentando o plantio e a comercialização de sementes transgênicas e o uso de células embrionárias para fins terapêuticos.

Na mesma sessão, haverá também continuidade da discussão de PECs em tramitação no Plenário, como a do senador



EXPECTATIVA Relator da reforma do Judiciário, José Jorge espera a votação dos destaques à proposta

Eduardo Suplicy (PT-SP), que determina o comparecimento do presidente da República na abertura da sessão legislativa do Congresso para apresentar sua mensagem e plano de governo, ação para a qual tem sido tradicionalmente designado o chefe da Casa Civil.

Orçamento

Será discutida ainda, pela segunda sessão do primeiro turno, a PEC (22/00) do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que torna obrigatória a execução da programação das leis orçamentárias. Outra proposta de emenda à Constituição que será discutida é a 1/03, do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que estabelece



SUBSTITUTIVO Ney Suassuana propôs um novo texto para a Lei de Biossegurança

prioridade aos idosos no recebimento de pagamentos definidos em lei como de pequeno valor, devidos pela Fazenda Federal, estadual, distrital ou municipal.

Terá também hoje a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 81/03, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), inserindo na Constituição princípios para orientar o funcionamento das agências reguladoras. Outra proposta na pauta, originária da Câmara (15/04), com relatório favorável do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), exclui dos bens da União as ilhas costeiras que contenham sede de município.

Simon quer votação separada para liberar soja transgênica

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou que irá reiterar, na sessão plenária de hoje, a proposta de votação imediata da liberação do plantio da soja transgênica. Ele destacou que, se for votado o projeto da Lei de Biossegurança (PLC 9/04) com as emendas e alterações que recebeu no Senado, a matéria voltará para a Câmara dos Deputados, para nova votação.

– Isso atrasará ainda mais o plantio, prejudicando os produtores – afirmou Simon, que defende o plantio, pelos produtores gaúchos, de soja modificada geneticamente. Por isso, ele encaminhou requerimento à Mesa com pedido de destaque para votação em separado do artigo 43 do PLC 9/04, que prorroga por 12 meses a autorização para o uso de sementes transgênicas de soja.

Divergências

Ao analisar os demais pontos do projeto da Lei de Biossegurança, Simon lembrou que são temas extremamente polêmicos, como o uso comercial de células-tronco de embriões humanos.

– O assunto é tão polêmico e sensível que países europeus onde as pesquisas avançaram mais estão preferindo debater com maior cautela – disse.

Simon ressaltou que também no Brasil o assunto não encontra consenso. Uma evidência das dúvidas e questionamentos que o tema envolve, segundo ele, é o fato de o relator do projeto, senador Ney Suassuana (PMDB-PB), ao buscar um acordo, ter alterado seu parecer por três vezes durante a sessão conjunta realizada pelas comissões permanentes do Senado, em um dos esforços



CAUTELA Simon afirma que uso de células-tronco é um assunto polêmico e sensível

concentrados de setembro.

Na opinião do parlamentar gaúcho, o Brasil não deve decidir de forma superficial e com tanta pressa sobre o assunto. Simon registrou também que o presidente da República se comprometeu com o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, a editar uma medida provisória liberando o plantio, como aconteceu no ano passado, para atender ao apelo dos produtores e exportadores.



PRESEÇA Alvaro Dias ressalta que o governo federal deveria oferecer ao estado obras e recursos

Alvaro duvida da presença de Lula no PR para pedir votos

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse não acreditar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá a Curitiba fazer campanha para o candidato petista Ângelo Vanhoni, que disputará o segundo turno da eleição para prefeito da cidade contra Beto Richa, do PSDB. Ele comentou que, mais do que a presença física do presidente da República, o paranaense espera a presença do governo federal em obras no estado.

– Não imagino a presença do presidente da República em um estado esquecido, abandonado e desrespeitado por ele. Respeitar o Paraná não é transformar a Itaipu Binacional, uma empresa eminentemente técnica, em um comitê eleitoral utilizado para atender aos quadros partidários que lhe dão sustentação política. Isso não basta para o Paraná – afirmou Alvaro Dias.

Segundo o senador, apenas 5% dos recursos consignados no Orçamento da União foram liberados para o Paraná. Ele denunciou que esse seria um exemplo de que o estado está sendo tratado como de segunda classe. Outra queixa de Alvaro Dias foi a de que, mesmo havendo um grande aumento no número de ministros, nenhum paranaense foi convidado para ocupar qualquer cargo de primeiro escalão no governo.

Alvaro Dias também defendeu a necessidade de o Congresso aprovar uma reforma política compatível com a realidade do país. Ele opinou que o atual modelo está cheio de distorções e vícios e acrescentou que a reforma será inócua se não houver mudanças também na cultura política do país.

Sarney: eleição municipal consolida a democracia

■ Presidente do Senado prega a continuidade do apoio de seu partido à administração petista

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que a expressiva votação recebida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais de domingo mostra que o povo reconhece as conquistas econômicas e sociais obtidas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. Sarney pregou a continuação do apoio de seu partido, o PMDB, à administração petista, em razão do comprometimento do partido de Lula com as melhorias no campo social.

Para o senador, as eleições municipais são uma prova da consolidação da democracia brasileira, já que cerca de 100 milhões de eleitores foram às urnas sem tumultos e sem o constrangimento da violência, embora ainda paire sobre o sistema político a força do poder econômico.

– Seja como for, os eleitores tiveram fortalecida a sua cidadania e têm agora mais condições de cobrar as promessas



GANHOS Sarney observa que os eleitores tiveram fortalecida sua cidadania e contam agora com mais condições de cobrar promessas feitas pelos candidatos

feitas pelos candidatos – afirmou o presidente do Senado.

Apoio

Sarney evitou fazer avaliações sobre cidades em particular, e até declarou não ter acompanhado a campanha em São Paulo. Ainda assim, já pediu ao presidente do PMDB em São Paulo, Orestes Quércia, que o partido apóie a atual prefeita Marta Suplicy (PT) no segundo turno. Quércia respondeu que irá conversar com os partidos que se coligaram ao PMDB nesse pleito para tomar uma posição.

Na opinião do senador, a vitória de Tadeu Palácio (PDT), em São Luís, só confirma a tradição da cidade de eleger pre-

feitos candidatos da oposição. Mesmo tendo sido eleito pelo estado do Amapá, Sarney é, como se sabe, o principal líder político maranhense. Informado de que analistas políticos têm visto o resultado das eleições como o fim de oligarquias políticas, o senador rejeitou o rótulo de oligarca.

O presidente do Senado prometeu que, com o fim do primeiro turno das eleições, vai manter contatos com os líderes partidários com vistas à retomada das votações, já que matérias importantes aguardam na pauta. Para hoje, está marcada uma sessão plenária deliberativa.

José Jorge: "É o primeiro pleito do PT rico"

O senador José Jorge (PFL-PE) afirmou que o pleito de 2004 foi marcado como “a primeira eleição sob a égide do PT rico, milionário”, chamando a atenção para “a grande desigualdade de recursos e de estrutura” entre o Partido dos Trabalhadores e os demais partidos. De acordo com o senador, a diferença de condição foi muito grande mesmo quando havia outro candidato na disputa também integrante da base do governo. Ele citou o exemplo do Recife, onde o candidato Joaquim Francisco, também da base governista, “não tinha nada”.

Segundo o senador, a campanha do PT no Recife foi montada pelo publicitário Duda Mendonça, que levou de São Paulo todos os “marque-

teiros” utilizados na campanha. Comitês de candidatos a vereador pareciam comitês de candidatos a deputado federal, senador ou governador, tamanha a exuberância de recursos, afirmou.

José Jorge defendeu mudanças na legislação eleitoral para que todos os partidos possam ter igual disponibilidade de recursos. Ele criticou a cobrança, pelo PT, de um percentual dos salários de seus filiados que ocupam cargos públicos, e citou entrevista do tesoureiro do partido, Delúbio Soares, na qual este afirma que há mais de 2 mil pessoas contribuindo. Alguns ocupantes de cargos do primeiro escalão do governo federal não filiados ao PT, disse

o senador, estão sendo pressionados a se filiar para também contribuir com o “dízimo partidário”.

O senador elogiou ainda a Justiça Eleitoral “pela forma competente e tranqüila com que conduziu o pleito”, repetindo anos anteriores. Destacou ainda a grande evolução da Justiça Eleitoral, que permitiu o conhecimento do resultado das eleições pela Internet no dia em que foram realizadas. Mas lamentou que a reforma política esteja hoje engavetada na Câmara dos Deputados, já que o governo não dá prioridade a sua votação “por não interessar ao PT poderoso e rico as reformas políticas democráticas”.

O senador pelo PFL destacou a atuação de seu partido em Pernambuco, onde elegeu 42 prefeitos, um a menos que o PMDB, o mais contemplado.

Azeredo diz que resultados mostram equilíbrio

O senador Eduardo Azeredo (MG), primeiro-vice-presidente nacional do PSDB, avaliou que o resultado das eleições municipais reflete um grande equilíbrio em todo o país, e que a polarização PT/PSDB só não fica mais evidente por causa do excessivo número de legendas nanicas – só em Belo Horizonte, 18 partidos disputaram as eleições.

– A distribuição do voto em todo o país foi bastante equilibrada, e o PT e o PSDB, sem dúvida, emergem do quadro em destaque – disse Azeredo.

Na opinião do senador, o resultado mais expressivo para o seu partido foi obtido em São Paulo, onde o ex-senador José Serra passou ao segundo turno com votação bem maior do que a da adversária, a prefeita Marta Suplicy (PT).

– Nos 163 municípios com mais de 50 mil habitantes em todo o país, o PSDB elegeu 50 no primeiro turno e tem um total de 20 disputando o segundo turno – informou. O PT elegeu 17 no primeiro turno e pôs 17 no segundo turno.

Azeredo lembrou ainda que o PSDB, que atualmente governa apenas três capitais, vai disputar o segundo turno com grandes chances em sete.

– Em Minas Gerais, apesar da ampla vitória do PT na capital, onde o PSDB, sem candidato próprio, apoiou João Leite, do PSB, o partido fez 148 prefeitos no primeiro turno, em um total de 853 municípios. O PMDB fez 141; o PFL, 120; o PL, 88; e o PT 86 – disse, acrescentando que seu partido teve ainda o vereador mais votado em Belo Horizonte, o ex-deputado federal e constituinte Elias Murad.



POLARIZAÇÃO Azeredo: apesar dos muitos partidos nanicos, ficou evidente disputa entre PSDB e PT